

ECONOMISTAS ANALISAM A QUALIDADE DA NOVA SAFRA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS QUE CHEGAM AO PAÍS

29 MAR 1998

SUELY CALDAS

José Roberto Mendonça de Barros (Beto para os amigos) e Antonio Barros de Castro são dois economistas que divergem, concordam às vezes, se respeitam muito e adoram uma boa polêmica. Um está no governo com a responsabilidade de multiplicar divisas cambiais com o comércio exterior. O outro foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo Itamar Franco e, não fosse o breve tempo que ocupou o cargo, teria instituído a política industrial de seus sonhos.

Os dois não são necessariamente engessados em escolas econômicas doutrinárias e exercem, sem preconceitos, a liberdade de expressar idéias. Resumidamente o que um pensa do outro – Beto sobre Castro: “Tem a virtude de ser intelectualmente honesto e correto.” Castro sobre Beto: “Divergimos, mas reconheço que ele age buscando o melhor para o País.”

Um crítico do governo que o presidente da República ouve sempre que pode, Antonio Barros de Castro adverte para a qualidade da nova safra de investimentos industriais que chegam ao País. Afirmar que ela é pobre e ruim do ponto de vista do ataque a três dilemas contemporâneos da economia brasileira: o déficit externo, a grave situação fiscal e o desemprego. Mendonça de Barros discorda. Vejamos os argumentos de um e outro.

Os novos projetos industriais produzem ou não ganhos cambiais?

Castro responde que não e ex-

plica por quê: esses investimentos vêm para cá para explorar o mercado brasileiro, não visam a exportação e, no máximo, se estendem até os países do Mercosul. E se eles acontecem numa conjuntura – como a que vivemos – sem crescimento econômico, sem expansão do consumo, acabam deslocando instalações industriais já existentes, que fabricam produtos ultrapassados e sem colocação no mercado externo. “Com o mercado interno vibrante o empresário não fecha sua fábrica antiga,

mas com a economia travada, como está há dois anos, ele desativava a velha e abre a nova fábrica, acelerando o desemprego”, avalia Castro.

É inexistente o

ganho cambial com o novo produto que substituiu o antigo, porque ele não foi concebido para exportação e colocá-lo no exterior implicaria custo de transação extremamente elevado para a empresa. É, por exemplo, o caso da indústria automobilística. Com favores fiscais, os Estados forçaram novos investimentos de montadoras estrangeiras que vêm explorar um mercado já saturado no Brasil e com capacidade ociosa no mundo inteiro. Não é verdadeiro o argumento segundo o qual, se a economia é aberta, tudo pode ser exportado. Portanto, não há ganho cambial com os novos investimentos, exceção feita apenas à eventual economia de divisas que vier da substituição de importações.

Mendonça de Barros reage. Mas, antes de responder, lembra que, como não viram confirmada a sentença de morte que decretaram à indústria brasileira logo depois do Real, economistas da Unicamp e UFRJ

(leia-se Luciano Coutinho, Beluzzo e Barros de Castro) passaram a negar que havia em curso uma onda de novos investimentos. A realidade encarregou-se de desmenti-los nos dois momentos. “Concordo que ninguém vem para o Brasil montar uma base exportadora. O alvo é mesmo o mercado interno. E sei que enquanto a taxa de juros for elevada não haverá crescimento econômico”. Beto, porém, considera errado focar o curto prazo, porque os novos projetos não produzirão resultados imediatos. “Não estamos falando, deste ano, mas dos seguintes. O importante é dinamicamente, coma estabilidade, acontecer o investimento”.

Ao contrário de Castro, Beto assegura que há ganhos cambiais consideráveis. Menos pelo lado do faturamento com exportações e mais em economia de divisas com redução das importações. “Se passamos a fabricar aqui produtos modernos, de qualidade e competitivos, é claro que vamos deixar de importar.” Ao exemplificar, mais uma vez ele lembra que o falecimento da indústria de bens de capital foi muitas vezes anunciado pelos economistas citados e o enterro nunca aconteceu.

Há dois anos o País importava mais máquinas do que hoje e nos próximos anos importará ainda menos. Essa economia de divisas, argumenta, tem impacto direto sobre a balança comercial. Portanto, há ganho cambial sim.

Os novos projetos aumentam o emprego?

Os dois economistas concordam que não. Castro realça que o novo investimento tem efeito perverso de mandar para a rua milhares de trabalhadores vinculados a indústrias que fabricam produtos obsoletos. “Esses bens antigos estão sendo comi-

dos pelas beiradas, mas ainda sobrevivem e sua eliminação do mercado tem enorme poder desempregador.”

Mendonça de Barros não discorda. Ele sabe que a automação industrial desemprega. “A solução é estimular a construção civil, turismo, educação, saúde, enfim serviços que usam mão-de-obra de forma intensiva.”

Os novos projetos melhoram a situação fiscal?

Esse é outro ponto de convergência. Pelo contrário, até pioram, porque os Estados renunciavam a impostos e ainda financiavam o projeto com verbas públicas. Para Castro, “o que foi dado à Mercedes-Benz em Juiz de Fora é realmente espantoso e os incentivos à Renault e à General Motors se tornaram grandes dores de cabeça para os governadores do Paraná e Rio Grande do Sul”.

“A verdade é que os Estados estão dispostos a arrancar a qualquer custo um investimento vedete”, afirma Castro.

A guerra fiscal entre os Estados, a disputa desenfreada por investimentos é igualmente condenada por Mendonça de Barros. E hoje o governo federal não tem como impedir – fere a autonomia dos Estados garantida pelo sistema federativo. A tentativa de coordenar decisões dos Estados por meio do Conselho de Política Fazendária (Confaz) fracassou.

A resposta está na reforma tributária, diz Beto. O novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) previsto na reforma para substituir o ICMS terá alíquota única em todos os 26 Estados da federação que não poderá ser alterada. Essa seria a arma mais poderosa contra a guerra fiscal.

■ Suely Caldas é jornalista

e-mail: sucaldas@agestado.com.br